

acréscimo de aproximadamente R\$1,2 milhão nas provisões para créditos de liquidação duvidosa em 1º de janeiro de 2018, registrados em contrapartida a conta de "reserva de lucros", conforme apresentado na tabela abaixo.

IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contrato com cliente (Revenue from Contracts with Customers)

A CVM deliberou pela aprovação do pronunciamento técnico contábil CPC 47, equivalente ao IFRS 15, em 22 de dezembro de 2016. A Companhia adotou o IFRS15 (CPC47) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018. Portanto, conforme previsto na norma, a Companhia reconheceu o efeito cumulativo na data de aplicação inicial da norma como ajuste ao saldo de abertura em reserva de lucros. De acordo com esse método de transição, a entidade aplicou o pronunciamento retrospectivamente somente aos contratos que não foram concluídos até a data da aplicação inicial.

Atualmente, a Companhia oferece pacotes comerciais que combinam basicamente equipamentos ou aparelhos celulares com serviços de telefonia fixa ou móvel, sendo, a receita total de serviços, reconhecida contabilmente de forma separada de acordo com sua natureza e com base em seus respectivos valores justos.

Identificação dos contratos

A Companhia realizou um extenso trabalho de revisão de todas as ofertas comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que pudessem ser relevantes na adoção da nova norma contábil.

Identificação da obrigação de desempenho

Na data da adoção e início do contrato, a Companhia avaliou os bens ou serviços prometidos em contrato com o cliente e identificou as obrigações de desempenho com base na promessa de transferir ao cliente:

- (i) Bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou
- (ii) Série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

Bem ou serviço prometido ao cliente é distinto, se ambos os critérios a seguir forem atendidos:

- (a) o cliente pode se beneficiar do bem ou serviço, seja isoladamente ou em conjunto com outros recursos que estejam prontamente disponíveis ao cliente (ou seja, o bem ou o serviço é capaz de ser distinto); e
- (b) a promessa da Companhia de transferir o bem ou o serviço ao cliente é separadamente identificável de outras promessas contidas no contrato (ou seja, compromissos para transferir o bem ou o serviço é distinto dentro do contexto do contrato).

Perante revisão dos seus contratos, a Companhia verificou que praticamente existem duas obrigações de desempenho: (i) venda e/ou aluguel de equipamentos ou aparelhos celulares; e (ii) prestação de serviços de telefonia fixa e/ou móvel e banda larga (*internet*). Portanto, a Companhia reconhecerá as receitas quando, ou à medida que satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo, que é no momento da entrega.

Determinação e alocação do preço da transação a obrigação de desempenho
O preço de venda individual foi definido internamente pela Companhia a partir dos preços de venda individual praticados pela Companhia ou do mercado, além do preço de contrato onde esse preço seria similar para outros contratos com características similares.

Dessa forma, a adoção da nova norma de receita trouxe em alguns casos a aceleração no reconhecimento das receitas de vendas de equipamentos e/ou aparelhos celulares, que são geralmente reconhecidas no momento da transferência do controle ao cliente, basicamente em decorrência da alocação do desconto entre as obrigações de desempenho na venda de planos que tenham serviço mais equipamento/aparelho. A diferença entre os valores contábeis das vendas desses equipamentos e/ou celulares e o valor recebido do cliente é reconhecido como um ativo e/ou passivo contratual no início do contrato. Enquanto que as receitas de serviços de telefonia são reconhecidas no resultado pelo seu valor contábil após a alocação do preço da transação, e à medida que o serviço for prestado mensalmente.

A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre o produto vendido.

Custo para obtenção do contrato

De acordo com a norma a entidade deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente, se a entidade espera recuperar esses custos. Durante a adoção da nova norma, a Companhia contabilizou como ativo na rubrica "despesas antecipadas" os valores incorridos por estes conceitos, sendo posteriormente reconhecido ao resultado, de forma consistente com a transferência ao cliente dos bens ou serviços aos quais o ativo se refere. Cabe destacar que a Companhia já possuía como prática contábil a capitalização dos custos com a obtenção de novos contratos, apenas no segmento corporativo, os quais estavam mensurados e registrados, líquido de qualquer ajuste por *impairment*, conforme requerimentos do CPC04 e/ou IAS38, e que com a adoção do IFRS 15/CPC 47, a administração da Companhia decidiu reclassificar os saldos acumulados da rubrica "intangível" para "despesas antecipadas".

Como resultado do descrito acima, a Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2018 uma redução na rubrica "reserva de lucros" no montante de R\$1,1 milhão, antes dos tributos diferidos.

A tabela abaixo apresenta os principais efeitos da adoção da norma IFRS15/CPC47, incluindo também efeitos da adoção do IFRS9/CPC48, nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2018.

	Originalmente reportado 1º de janeiro de 2018	Ajustes	Saldos com IFRS 15 e 9 1º de janeiro de 2018
Ativo			
Circulante			
Contas a receber de clientes (e)	198.460	(1.230)	197.230
Ativo contratual (b)	-	-	-
Estoques	-	-	-
Despesas antecipadas (a, c)	10.660	299	10.959
Outros ativos	865.993	-	865.993
Não Circulante			
Realizável a longo prazo	963.720	(5)	963.715
Contas a receber de clientes	187.600	35	187.635
Despesas antecipadas (a, c)	11.965	35	12.000
Outros ativos	175.635	-	175.635
Imobilizado	699.101	-	699.101
Intangível (c)	77.019	(40)	76.979
Passivo e do Patrimônio Líquido			
Total do Passivo	2.038.833	(936)	2.037.897
Circulante	941.421	626	942.047
Passivo contratual e receitas diferidas (d)	522.731	674	523.405
Outros passivos	11.938	674	12.612
Outros passivos	510.793	-	510.793
Não Circulante	418.690	(48)	418.642
Passivo contratual e receitas diferidas (d)	14.742	147	14.889
Imposto de renda e contribuição social diferidos (f)	47.765	(195)	47.570
Outros passivos	356.183	-	356.183
Patrimônio Líquido	1.097.412	(1.562)	1.095.850
Capital social	4.041.956	-	4.041.956
Prejuízos acumulados	(2.945.523)	(1.562)	(2.947.085)
Outros	979	-	979

Durante o exercício de 2018, a aplicação das novas normas contábeis geraram os seguintes impactos no resultado:

	Saldos sem IFRS 15 e IFRS 9	Ajustes	Saldos com IFRS 15 e IFRS 9
Receita líquida de serviços (b, d)	3.186.216	1.030	3.187.246
Receita líquida de produtos (b, d)	250.250	(69.877)	180.373
Receita líquida	3.436.466	(68.847)	3.367.619
Custos dos produtos serviços prestados e mercadorias vendidas	(855.173)	-	(855.173)
	2.581.293	(68.847)	2.512.446
	(873.800)	(122.849)	(996.649)
Receitas (despesas) operacionais			
Comercialização (a, e)	(709.553)	(122.849)	(832.402)
Gerais e administrativas	(212.932)	-	(212.932)
Outras receitas (despesas), líquidas	48.685	-	48.685
	1.707.493	(191.696)	1.515.797
	(1.014.057)	170.246	(843.811)
Depreciação e amortização (c)	36.738	-	36.738
Receitas (despesas) financeiras			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	730.174	(21.450)	708.724
Imposto de renda e contribuição social (f)	817.714	7.294	825.008
Lucro líquido do período	1.547.888	(14.156)	1.533.732

Os principais ajustes decorrentes na nova norma incluem:

- a- Valores de custos na obtenção de contratos com clientes que serão diferidos pelo período do contrato (período de fidelização de 12 a 24 meses), líquido de qualquer ajuste por *impairment*.
- b- O ativo contratual que é reconhecido quando a Companhia tiver concluído a obrigação de desempenho por meio da venda de equipamentos/aparelhos ou pela prestação de serviços ao cliente antes que o cliente pague a contraprestação, ou antes que o pagamento seja devido.
- c- Reclassificação para a rubrica despesas antecipadas de custos na obtenção de contratos que anteriormente eram capitalizados como intangível.
- d- Passivo contratual que é reconhecido quando o cliente tiver pago a contraprestação ou a Companhia tiver direito ao valor da contraprestação que seja incondicional, antes que a Companhia tenha concluído com a obrigação de desempenho, pela prestação de serviços ao cliente.
- e- Aumento da provisão para perdas por crédito de liquidação duvidosa decorrente da aplicação da nova regra prevista pelo IFRS 9/CPC 48, no qual a Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas.
- f- Reflexo tributário sobre os ajustes iniciais das novas normas contábeis.

Contratos com clientes

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de ativos e passivos contratuais é como segue:

	2018
Ativo contratual	130
Passivo contratual	(20.928)
Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.	
Resumo das principais variações no período	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(821)
Saldo companhia incorporada	(16.508)
Adições	(8.121)
Baixas	4.652
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(20.798)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2019	2020
Ativo (passivo) contratual	(17.130)	(3.668)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

II As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), mas não estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2018. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pela CVM, baseada em pronunciamento do CPC.

- Melhorias anuais nas IFRS – Ciclo 2015 a 2017.
- IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil.
- IFRIC 23 – Incertezas sobre tratamento de imposto de renda.
- Alterações IFRS 9 – Recursos de pré-pagamento com compensação negativa.
- Alterações no IAS 28 – Participações de longo prazo em coligadas e joint venture.
- Alterações na IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou constituição de ativos entre um investidor e sua Coligada ou Joint venture.
- IFRS 17 – Contrato de seguro.

Com relação as normas acima, vale destacar:

IFRIC 23 / ICPC 22 – Incertezas sobre o tratamento dos impostos sobre a renda

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda.

AIAS 12 / CPC32 - Imposto de Renda, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, pode não estar claro:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade. Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza. A administração da Companhia entende que a aplicação dessa interpretação não trará impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que os principais processos judiciais de imposto de renda e de contribuição social, conforme divulgados na Nota 23, são considerados pela administração da Companhia, com suporte dos seus consultores jurídicos, como mais "provável que não" de sustentação nas esferas judiciais.

IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (Leases)

Em julho de 2014, o IASB emitiu o IFRS 16, que substituiu o IAS 17, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, e deliberado pela CVM em 21 de dezembro de 2017.

A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento, exceto contratos de curto prazo, ou seja de 12 meses ou menos, ou contratos em que o ativo subjacente seja de baixo valor. Ainda, a nova norma prevê que o arrendatário deve aplicar este pronunciamento a seus arrendamentos de duas formas:

- (i) Retrospectivamente, a cada período anterior, apresentado de acordo com o IAS 8/CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro); ou
- (ii) Retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial.

A Companhia decidiu adotar o IFRS16 (CPC 06 (R2)) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2019. Adicionalmente, a Companhia decidiu aplicar determinados expedientes práticos permitidos na adoção inicial da norma, tais como, (i) não reavaliação de contratos de arrendamento mercantil financeiro anteriormente reconhecidos de acordo com o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4); (ii) exclusão de contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação pela Companhia; e (iii) não aplicação dessa nova norma a contratos que não foram anteriormente identificados como contendo arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4).

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo que atualmente parte desses contratos são reconhecidos como arrendamentos operacionais, sendo os pagamentos contabilizados de forma linear ao longo do prazo do contrato. A Companhia concluiu o estudo dos impactos dessa nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes a indústria de telecomunicações; (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; dentre outras. Ainda, pela relevância dos contratos de arrendamento de infraestrutura, especificamente, Torres de Transmissão, a Companhia decidiu reconhecer separadamente os componentes de arrendamento e não arrendamento para essa classe de ativo.

A adoção inicial acarretará em um aumento aproximado de R\$5.100 milhões no total de ativos e passivos, em decorrência do reconhecimento do direito de uso sobre o total do arrendamento de passivo de arrendamento mercantil respectivamente. O aumento do passivo de arrendamento devido ao reconhecimento do direito de uso dos ativos resulta em um aumento na dívida líquida da Companhia, sendo a depreciação e os juros reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel"), no valor aproximado de R\$1.200 milhões, também resultando em impacto positivo no EBITDA - Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ("não auditado"). Portanto, resultando em um impacto relevante em determinados indicadores financeiros da Companhia, bem como um aumento correspondente no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais reportadas nos fluxos de caixa.

Em relação aos aspectos qualitativos, as principais transações que deverão ser impactadas por essa nova norma incluem: aluguel de veículos, aluguel de lojas e quiosques em shopping centers, aluguel de site, terrenos e compartilhamento de infraestrutura.

Com base nos estudos realizadas até o momento, a Companhia não espera que a adoção das demais normas acima, alterações e interpretações traga algum impacto significativo para as demonstrações financeiras da Companhia em 2019.

► 3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das demonstrações financeiras. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do plano de negócios da Companhia. Por se tratar de uma *business* contínuo, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa. Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas. Em 31 de dezembro de 2018, com base nas análises de sensibilidade das

principais premissas utilizadas, não foram identificadas variações que razoavelmente pudessem ocorrer de modo a gerar uma possível provisão por *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 14).

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

(c) Provisão para processos judiciais e administrativos

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 23).

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 36).

(e) Receitas de tráfego não faturadas – "unbilled revenues"

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 26).

► 4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	2018	2017
Caixa e bancos	93.793	582
Aplicações financeiras de livre disponibilidade: CDB/Compromissadas	981.570	197.878
	1.075.363	198.460

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia. A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB's e Operações Compromissadas é de 99,67 % (99,80% em 31 de dezembro de 2017) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

► 5. Títulos e Valores mobiliários

	2018	2017
FUNCINE (3)	5.229	-

FIC: (1)		
Títulos Públicos	288.917	-
Operações compromissadas (2)	283.006	-
Letra Financeira	95.221	-
Outros	104.320	-
	776.693	-
	(771.464)	-
	5.229	-

Parcela circulante

Parcela não circulante

(1) A Companhia investiu em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2018 dos FIC's foi de 100,81% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. (2) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco em até um dia e com taxas predeterminadas. Essas operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos federais e são utilizadas pelo fundo com o objetivo de remunerar a capital disponível em caixa.

(3) A Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, investiu no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE) no valor de R\$3 milhões. Em 2018, a Companhia optou por realizar novos investimentos nos meses de outubro e dezembro no FUNCINE, totalizando R\$2,4 milhões.

► 6. Conta a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços (*"unbilled"*). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perdas de créditos esperada (*"impairment"*). A provisão para perdas de créditos esperada foram reconhecidas como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis. O valor justo das contas a receber de clientes é igual ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Parte das contas a receber de clientes garante o montante total das dívidas junto ao BNDEx (Nota 19).

	2018	2017
Contas a receber de clientes	2.968.671	791.378
Contas a receber bruta	3.655.599	832.440
Serviços faturados	1.733.229	417.322
Serviços a faturar ("unbilled")	774.484	52.237
Uso de rede	455.228	632.881
Venda de mercadorias	691.312	-
Outras contas a receber	1.346	-
Perdas por crédito de liquidação esperada	(686.928)	(41.062)
Parcela circulante	(2.838.363)	(791.378)
Parcela não circulante	130.308	-

A parcela não circulante inclui o valor de R\$103 milhões referente as contas a receber com outras operadoras de telefonia, registrada pelo seu valor presente considerando prazo e taxa de juros implícita na operação.

A movimentação das perdas por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	2018	2017
Saldo inicial	41.062	

► 8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

	2018	2017
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	1.192.765	74.305
ICMS	1.152.741	70.702
Outros	40.024	3.603
Parcela circulante	(280.254)	(12.781)
Parcela não circulante	912.511	61.524

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente (i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses) e (ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

► 9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

	2018	2017
Impostos e contribuições diretos a recuperar	860.244	40.526
Imposto de renda e contribuição social (i)	414.408	27.141
PIS / COFINS (ii)	384.093	10.961
Outros	61.743	2.424
Parcela circulante	(302.228)	(40.526)
Parcela não circulante	558.016	-

(i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados com: (a) antecipações realizadas ao longo do período cuja utilização é esperada para o exercício de 2019; e (b) outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se aos créditos oriundos de processo judicial de titularidade da TIM Nordeste S.A. (incorporada em último nível pela TIM S.A.) com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS para o período de 2002 a 2009.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM S.A. (anteriormente denominada da Intelig Telecomunicações Ltda., na condição de incorporadora da Tim Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza), discute este tema judicialmente desde, respectivamente, 2007 e 2006, retroagindo, conforme lhes é permitido, tais efeitos em 5 anos – 2002 e 2001. Desde o posicionamento favorável aos contribuintes emanado pelo STF, a Companhia, sustentada pela opinião de seus consultores jurídicos, não mais incluiu o ICMS na base de cálculo das contribuições previdenciárias do PIS e da COFINS a partir de abril de 2017.

Os processos da Companhia já receberam decisões favoráveis em Segunda Instância Judicial, alinhando o entendimento dos tribunais inferiores com o que foi definido pelo STF, tanto que os recursos apresentados pela Fazenda Nacional vêm sendo negados, pelos mesmos argumentos. Mesmo com a processual existência de pedido de Modulação de efeitos realizada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a Companhia entende, corroborada por seus assessores jurídicos que a decisão não afetará qualquer direito pleiteado nas ações judiciais propostas.

A Companhia está realizando o levantamento dos valores que fará jus ao final dos processos, após seu trânsito em julgado e os devidos reconhecimentos procedimentais, e este aponta créditos totais da ordem estimada de R\$3.296 milhões, sendo R\$1.863 milhões de principal e R\$1.434 milhões de atualização monetária. Adicionalmente a esse potencial crédito tributário, em novembro de 2018, em virtude do transito em julgado, a Companhia registrou o montante de R\$353 milhões, sendo 159 milhões de principal e R\$194 milhões de atualização monetária.

► 10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais. Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os impostos diferidos também consideram os incentivos fiscais apresentados na nota 24. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente. Os valores contábeis registrados são os seguintes:

	2018	2017
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	896.099	20.471
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	256.885	11.053
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	244.428	13.961
Ajuste a valor presente – licença 3G	9.124	-
Imposto de renda diferido sobre ajustes contábeis	4.699	-
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	24.978	-
Provisão para participação dos empregados	21.556	1.304
Tributos com exigibilidade suspensa	12.872	-
Ágio amortizado – TIM Fiber	(370.494)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(22.551)	-
Juros capitalizados 4G	(301.525)	-
Custo atribuído – TIM S.A.	(82.042)	(94.912)
Outros	74.823	358
	768.852	(47.765)
Parcela imposto ativo diferido	-	-
Parcela imposto passivo diferido	-	(47.765)

Conforme comunicado previamente ao mercado, a TIM S.A. (denominação atual da Intelig Telecomunicações Ltda.) procedeu com a incorporação da TIM Celular S.A. em 31 de outubro de 2018, tendo como objetivo central reduzir os custos operacionais das Sociedades envolvidas, propiciando sinergias e permitindo uma melhor consecução do objeto social de ambas as sociedades. Desta forma, após a incorporação está prevista também a possibilidade de aproveitamento dos créditos fiscais referentes ao prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro da TIM S.A. tendo em vista que esta, consolidando os resultados com a TIM Celular após a citada incorporação, possui projeção de lucro tributável suficiente para a utilização dos referidos créditos diferidos. Em 30 de setembro de 2018, a Companhia registrou a totalidade do ativo fiscal diferido no montante de R\$952.368 decorrente dos valores que detém direito de utilização como prejuízo fiscal (R\$702.619) e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (R\$249.749) uma vez que todos os fatores necessários a incorporação estavam sob o controle da Administração, tais como: (i) estudo de viabilidade referente ao aproveitamento do benefício fiscal foi finalizado, aprovado pelos órgãos de governança da Companhia; (ii) definição do cronograma da efetiva reestruturação societária mediante o ato de incorporação; (iii) obtenção das aprovações e/ou anuências de terceiros (ANATEL e BNDES); dentre outras.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis no encerramento do exercício de 2018.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

	Imposto de renda e contribuição social diferidos
2019	102.835
2020	189.756
2021 em diante	603.509
Prejuízos fiscais e base negativa	896.100
Diferenças temporárias	(127.248)
Total	768.852

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$85.812 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$132.389 em 31 de dezembro de 2017 – antiga TIM Celular S.A.).

► 11. Despesas antecipadas

	2018	2017
Propagandas não veiculadas (i)	341.403	22.625
Aluguéis e seguros	76.651	-
Swap de rede (ii)	72.967	-
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (iii)	11.449	20.191
Outros	173.056	-
Parcela circulante	7.280	2.434
Parcela não circulante	(269.599)	(10.660)
	71.804	11.965

(i) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(ii) Em 1º de abril de 2010, a TIM S.A. e a GVT firmaram contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (*swap* de rede), visando expandir suas respectivas áreas de atuação. Considerando a substância econômica da transação, o valor foi registrado na conta de despesas antecipadas (circulante e não circulante) e na rubrica de receitas diferidas (circulante e não circulante) e que serão realizados pelo período do contrato.

(iii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC47, os quais são amortizados ao resultado em conformidade com o prazo do contrato, usualmente de 2 anos.

► 12. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente:

	2018	2017
	1.213.843	108.361
Cível	329.482	11.656
Trabalhista	385.664	33.097
Tributário	297.547	54.430
Regulatório	111	111
Penhora Online (*)	201.039	9.067

(*) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais

Cível

Tratam-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros. Existem alguns processos com matérias diferenciadas, em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em juízo em discussão é de R\$66.700.

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

(i) Acréscimo de 2% de alíquota do ICMS em razão do Fundo de Erradicação da Pobreza (FECP) no Estado da Bahia relativamente aos serviços de telefonia pré-paga prestados pela Companhia. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$95.322.

(a) Movimentação do imobilizado

	Saldo em 2017	Saldo de empresa incorporada	Adições (depreciação)	Baixas	Transfêrências	Saldo em 2018
Total do Custo do Imobilizado Bruto	1.575.167	31.490.649	779.753	(7.115)	-	33.838.454
Equipamentos de comutação/transmissão	791.295	19.395.556	4.495	(2.222)	622.774	20.811.898
Cabos de fibra ótica	491.101	226.412	-	-	44.662	762.175
Aparelhos em comodato	-	2.283.848	-	(4.135)	34.232	2.313.945
Infraestrutura	186.659	5.825.061	4	(637)	122.726	6.133.813
Bens de informática	40.624	1.621.662	-	(185)	17.225	1.679.326
Bens de uso geral	37.743	745.309	-	(15)	13.802	796.839
Terenos	9.648	31.146	-	-	-	40.794
Obras em andamento	18.097	1.361.655	775.254	79	(855.421)	1.299.664
Total Depreciação Acumulada	(876.066)	(21.204.351)	(559.621)	5.206	-	(22.634.832)
Equipamentos de comutação/transmissão	(478.669)	(14.075.810)	(389.456)	2.207	-	(14.941.728)
Cabos de fibra ótica	(258.223)	(49.671)	(37.638)	-	-	(345.532)
Aparelhos em comodato	-	(2.114.565)	(19.888)	2.227	-	(2.132.226)
Infraestrutura	(78.298)	(2.989.511)	(90.685)	605	-	(3.157.889)
Bens de informática	(37.020)	(1.463.207)	(12.031)	151	-	(1.512.107)
Bens de uso geral	(23.856)	(511.587)	(9.923)	16	-	(545.350)
Total Imobilizado líquido	699.101	10.286.298	220.132	(1.909)	-	11.203.622
Equipamentos de comutação/transmissão	312.626	5.319.746	(384.961)	(15)	622.774	5.870.170
Cabos de fibra ótica	232.878	176.741	-	-	44.662	416.641
Aparelhos em comodato	-	169.283	(19.888)	(1.908)	34.232	181.719
Infraestrutura	108.361	2.835.550	(90.681)	(32)	122.726	2.975.924
Bens de informática	3.604	158.455	(12.031)	(34)	17.225	167.219
Bens de uso geral	13.887	233.722	(9.923)	1	13.802	251.489
Terenos	9.648	31.146	-	-	-	40.794
Obras em andamento	18.097	1.361.655	775.254	79	(855.421)	1.299.664

Custo do Imobilizado Bruto

	Saldo em 2016	Adições (Depreciação)	Baixas	Transferências	Saldo em 2017
Equipamentos de comutação / transmissão	753.151	10.749	-	27.395	791.295
Cabos de fibra ótica	491.086	-	-	15	491.101
Infraestrutura	183.630	-	-	3.029	186.659
Bens de informática	39.742	-	-	882	40.624
Bens de uso geral	36.344	-	-	1.399	37.743
Terenos	9.648	-	-	-	9.648
Obras em andamento	20.021	30.796	-	(32.720)	18.097
Total Imobilizado Bruto	1.533.622	41.545	-	-	1.575.167
Depreciação acumulada	(402.556)	(76.113)	-	-	(478.669)
Equipamentos de comutação / transmissão	(224.718)	(33.505)	-	-	(258.223)
Cabos de fibra ótica	(62.205)	(16.093)	-	-	(78.298)
Infraestrutura	(35.608)	(1.412)	-	-	(37.020)
Bens de informática	(20.981)	(2.875)	-	-	(23.856)
Bens de uso geral	(20.981)	(2.875)	-	-	(23.856)
Total Depreciação Acumulada Imobilizado líquido	(746.068)	(129.998)	-	-	(876.066)
Equipamentos de comutação / transmissão	350.595	(65.364)	-	27.395	312.626
Cabos de fibra ótica	266.368	(33.505)	-	15	232.878
Infraestrutura	121.425	(16.093)	-	3.029	108.361
Bens de informática	4.134	(1.412)	-	882	3.604
Bens de uso geral	15.363	(2.875)	-	1.399	13.887
Terenos	9.648	-	-	-	9.648
Obras em andamento	20.021	30.796	-	(32.720)	18.097
Total Imobilizado líquido	787.554	(88.453)	-	-	699.101

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(b) Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2018, em conformidade com o IAS 16 (CPC 27), a Companhia realizou avaliação da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso.

► 14. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a

	Saldo em 2017	Saldo de empresa incorporada	Adições (Amortização)	Transfêrências	Baixas	Juros capitalizados	Saldo em 2018
Total Custo do Intangível Bruto	961.537	27.765.385	316.402	-	(492)	22.039	29.064.871
Direito de uso de softwares	767.132	16.145.511	-	229.998	-	-	17.142.641
Autorizações	186.954	7.182.366	7.634	262.018	-	-	7.638.972
Ágio	-	1.159.649	-	-	-	-	1.159.649
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	902	-	-	(336)	-	-	566
Lista de clientes	-	95.200	-	-	-	-	95.200
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	-	198.201	-	-	-	-	198.201
Outros ativos	35	262.649	-	14.865	-	-	277.549
Ativos intangíveis em desenvolvimento	6.514	2.721.809	308.768	(506.545)	(492)	22.039	2.552.093
Total Amortização Acumulada	(884.518)	(17.533.738)	(332.182)	-	-	-	(18.750.438)
Direito de uso de softwares	(709.851)	(12.718.323)	(252.912)	-	-	-	(13.681.086)
Autorizações	(174.078)	(4.598.058)	(73.506)	-	-	-	(4.845.642)
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	(567)	-	-	-	-	-	(567)
Lista de clientes	-	(

	Saldo em 2016	Adições (amortização)	Transferências	Saldo em 2017
Custo do Intangível Bruto				
Direito de uso de <i>softwares</i>	750.978	-	16.154	767.132
Direito de uso passagem de cabos	186.954	-	-	186.954
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	663	239	-	902
Outros ativos	35	-	-	35
Ativos intangíveis em desenvolvimento	1.041	21.627	(16.154)	6.514
Total Intangível Bruto	939.671	21.866	-	961.537
Amortização acumulada				
Direito de uso de <i>softwares</i>	(680.557)	(29.294)	-	(709.851)
Direito de uso passagem de cabos	(163.850)	(10.228)	-	(174.078)
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	(115)	(452)	-	(567)
Outros ativos	(18)	(4)	-	(22)
Total Amortização Acumulada	(844.540)	(39.978)	-	(884.518)
Intangível Líquido				
Direito de uso de <i>softwares (c)</i>	70.421	(29.294)	16.154	57.281
Direito de uso passagem de cabos	23.104	(10.228)	-	12.876
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	548	(213)	-	335
Outros ativos	17	(4)	-	13
Ativos intangíveis em desenvolvimento	1.041	21.627	(16.154)	6.514
Total Intangível Líquido	95.131	(18.112)	-	77.019

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com aquisição de autorizações 4G e/ou outros ativos intangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Inclusive, esses ativos intangíveis em desenvolvimento foram avaliados para fins de *impairment* em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não sendo necessário nenhum ajuste.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 50
Custos com comissões à representantes comerciais diferidas	50
Lista de clientes	18
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, Companhia pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados em anos anteriores pela sociedade incorporada TIM Celular S.A. (Nota 1)

A Companhia possui os seguintes ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017: **Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ** – As empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”) foram adquiridas em 2011. Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente.

TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas pela TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. Como resultado, foi registrado ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$1.159.648.

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM, sendo que a metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* dos ágios acima mencionados está sumariada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio como um todo (fixo e móvel), e portanto, a avaliação está no nível da Companhia. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia.

Conseqüentemente, o teste de *impairment* destes ágios utilizou esta UGC e a metodologia do valor em uso, estando as principais premissas utilizadas no teste de *impairment*, sumariadas a seguir:

- Diminuição da base de clientes do pré-pago progressivamente e de acordo com a tendência histórica e do plano industrial, sendo combatida por uma maior agressividade no pós-pago, alinhados com o plano de negócios da Companhia, preparado para 3 anos e extrapolado por mais 2 anos, momento no qual ocorre a estabilização do fluxo de caixa e pode se projetar o crescimento por perpetuidade;

- Projeção dos custos de operação e manutenção considerando alteração da base de clientes, eventuais ganhos de escala e efeitos de inflação. A taxa de inflação esperada pela Companhia é de 3,97% a.a. em média e encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado;

- Por tratar-se de um business sem expectativa de término, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa de 2,5% a.a.;

- A taxa de desconto para os fluxos de caixa projetados foi de 10,70% a.a. A taxa de desconto equivalente para o mesmo valor em uso sem o efeito de fluxo de pagamento de impostos sobre a renda, é de 14,77%.

O resultado do teste de *impairment* realizado em 31 de dezembro de 2018 não indicou nenhuma necessidade de provisão para perdas.

(e) Lista de clientes

Como parte do processo de alocação do preço de aquisição relacionado às aquisições de TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A., foram identificados direitos contratuais para prestação de serviços futuros pelas empresas adquiridas. Tais direitos contratuais foram mensurados ao seu valor justo na data de aquisição das empresas e são amortizados de acordo com sua vida útil, estimada na mesma data.

(f) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadram-se no escopo do ICPC 3 (IFRIC 4) e são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 15).

(g) Leilão e pagamento de Licença 4G em 700 Mhz

A rubrica ativos intangíveis em desenvolvimento está representada substancialmente pelos custos de desenvolvimento da tecnologia 4G, que inclui: (i) valores pagos para obtenção das autorizações da Licença 4G; (ii) custos de limpeza de frequência da faixa de 700 MHz; e (iii) custos financeiros capitalizados sobre ativos qualificáveis, conforme detalhado a seguir:

(i) Em 30 de setembro de 2014, a Companhia adquiriu o Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$1.739 milhões. Em dezembro de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como dívida, conforme previsto no edital. A Companhia está contestando este saldo remanescente perante a ANATEL e sobre o mesmo incorrem juros de 1% a.m. e indexados ao IGP-DI, sendo tais montantes capitalizados pela Companhia. O impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$5.611 (R\$8.313 em 31 de dezembro de 2017) de juros e R\$5.930 (R\$443 em 31 de dezembro de 2017) de correção monetária sobre o saldo.

(ii) Adicionalmente, conforme definido no edital, a Companhia assumiu os custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida. O valor nominal devido pela Companhia para a limpeza relacionada ao lote adquirido foi de R\$904 milhões. A Companhia também obteve um custo adicional referente a parcela não arrematada no leilão e subsequentemente dividido pela ANATEL entre as operadoras vencedoras do leilão de R\$295 milhões, totalizando R\$1.199 milhões.

Para a realização das atividades de limpeza do espectro, a TIM junto com as outras empresas vencedoras do leilão, constituíram em março de 2015, uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, denominada “EAD”. Entre 2015 e 2018, a TIM, assim como outras empresas vencedoras do leilão, desembolsaram valores de acordo com cronograma definido no edital, para assumir, por meio da EAD, os custos dessas atividades de limpeza. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$1.199 milhões foi reduzido em R\$47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente (“AVP”).

A sociedade incorporada TIM Celular S.A. efetuou os pagamentos em 9 de abril de 2015, 26 de janeiro de 2017 e 16 de janeiro de 2018, nos montantes de R\$370.379, R\$858.991 e R\$142.862, respectivamente.

A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Conseqüentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média de 8,37% ao ano dos empréstimos e financiamentos vigentes durante o período. O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$152.480 (R\$251.904 em 31 de dezembro de 2017).

► 15. Arrendamento Mercantil (“Leasing”)

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

	Saldo em 2016	Adições (amortização)	Transferências	Saldo em 2017
Custo do Intangível Bruto				
Direito de uso de <i>softwares</i>	750.978	-	16.154	767.132
Direito de uso passagem de cabos	186.954	-	-	186.954
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	663	239	-	902
Outros ativos	35	-	-	35
Ativos intangíveis em desenvolvimento	1.041	21.627	(16.154)	6.514
Total Intangível Bruto	939.671	21.866	-	961.537
Amortização acumulada				
Direito de uso de <i>softwares</i>	(680.557)	(29.294)	-	(709.851)
Direito de uso passagem de cabos	(163.850)	(10.228)	-	(174.078)
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	(115)	(452)	-	(567)
Outros ativos	(18)	(4)	-	(22)
Total Amortização Acumulada	(844.540)	(39.978)	-	(884.518)
Intangível Líquido				
Direito de uso de <i>softwares (c)</i>	70.421	(29.294)	16.154	57.281
Direito de uso passagem de cabos	23.104	(10.228)	-	12.876
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	548	(213)	-	335
Outros ativos	17	(4)	-	13
Ativos intangíveis em desenvolvimento	1.041	21.627	(16.154)	6.514
Total Intangível Líquido	95.131	(18.112)	-	77.019

A Companhia possui contratos de aluguel de torres, como arrendatária, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro, onde envolve a venda de um ativo e o concomitante arrendamento do mesmo ativo pelo comprador ao vendedor.

A Companhia reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos ativos são ativos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

	2018	2017
Ativo	208.049	-
LT Amazonas	208.049	-
	(22.491)	-
	185.558	-

Parcela circulante
Parcela não circulante
LT Amazonas
Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. O valor nominal das parcelas futuras a receber pela Companhia é de R\$499.823.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor. Tais valores representam os recebimentos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até dezembro de 2019	23.049	22.491
Janeiro de 2020 a dezembro de 2023	104.871	38.594
Janeiro de 2024 em diante	360.767	146.964
	488.687	208.049

O valor presente das parcelas a receber é de R\$208.049 (R\$205.331 em 31 de dezembro de 2017) composto por R\$185.558 de principal e R\$22.491 de juros incorridos até 31 de dezembro de 2018 e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os recebimentos futuros e descontando-os a 12,56% ao ano.

	2018	2017
Passivo	359.987	-
LT Amazonas (i)	1.501.695	-
Venda de Torres (<i>leaseback</i>) (ii)	78.392	-
Outros (iii)	1.940.074	-
	(205.048)	-
	1.735.026	-

Parcela circulante
Parcela não circulante
i) LT Amazonas
A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil (“LT Amazonas”). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados com as distribuidoras e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até dezembro de 2019	43.779	38.255
Janeiro de 2020 a dezembro de 2023	199.193	64.391
Janeiro de 2024 em diante	685.498	257.341
	928.470	359.987

O valor nominal das parcelas futuras devidas pela Companhia é de R\$928.470. Seu valor presente é de R\$359.987, sendo R\$313.001 de principal e R\$46.986 de juros em 31 de dezembro de 2018 e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os pagamentos futuros e descontando-os a 14,44% ao ano. Além destes saldos, o valor total do direito de uso também contempla R\$70.759 referentes a investimentos em ativo imobilizado feitos pela Companhia e posteriormente doados às concessionárias de transmissão de energia elétrica. Tal doação já era prevista nos contratos assinados entre as partes.

ii) Venda e *leaseback* das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. (“ATC”) em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – “MLA”) de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade “*sale and leaseback*” que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield* ou *rooftop*). A transação de venda prevê um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

	Data de Expiração	800 MHz, 900 MHz e 450 MHz		Frequências adicionais 1900 MHz e 2100 MHz (3G)		2500 MHz Banda V1 (4G)		2500 MHz (Banda P** (4G))		700 MHz (4G)	
		1.800 MHz	1800 MHz	1800 MHz	1800 MHz	1800 MHz	1800 MHz	1800 MHz	1800 MHz		
Termos de Autorização											
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão		Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029			
Rio de Janeiro e Espírito Santo		Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029			
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029			
São Paulo		-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029			
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)		Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029			
Santa Catarina		Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, Curitiba e Região Metropolitana – Julho, 2031	Dezembro, 2029			
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul		-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029			
Pernambuco		-	Maior, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 Julho, 2031	Dezembro, 2029			
Ceará		-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029			
Paraíba		-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029			
Rio Grande do Norte		-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029			
Alagoas		-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029			
Piauí		-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029			
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)		-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 Fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029			
Bahia e Sergipe		-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029			

* Termos já renovados por 15 anos, portanto sem direito a novo período de renovação.

** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$2.651.247, sendo o montante de R\$1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 22).

A taxa de desconto utilizada na transação foi determinada com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar ou empréstimo, conforme mencionado a seguir. Atabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos do contrato em vigor relativos ao MLA. Tais valores representam os desembolsos estimados no contrato assinado com a ATC e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até dezembro de 2019	178.994	146.792
Janeiro de 2020 a dezembro de 2023	810.060	330.278
Janeiro de 2024 em diante	3.484.135	1.024.625
	4.473.189	1.501.695

O valor nominal do somatório das parcelas futuras devidas pela Companhia é de R\$4.473.189. Seu valor presente é de R\$1.501.695 sendo R\$1.354.903 de principal e R\$146.792 de juros em 31 de dezembro de 2018. O valor presente foi estimado, projetando-se os pagamentos futuros, descontados pelas taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variam de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo.

iii) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamento mercantil financeiro em torres de transmissão.

► 16. Outros valores a compensar

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel anualmente no mês de março.

► 17. Fornecedores

► 19. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	2018	2017
BNDES (1)	URTJLP	TJLP a TJLP + 3,62% a.a. SELIC + 2,52% a.a.	Dez/19 a Jul/22	578.312	39.774
BNDES (1)	UM143	2,50% a.a.	Jul/22	489.421	-
BNDES (PSI) (1)	R\$	4,50% a.a. Libor 6M+ 1,35% a.a.	Dez/19 a Jan/21	56.804	4.543
KFW (2)	USD	0,75% a.a.	Abr/19	43.420	-
KFW Finnvera (2)	USD	1,80% a.a.	Dez/25	378.595	-
Cisco Capital (3)	USD	2,50% a.a.	Nov/19 a Dez/20	116.465	-
Total				1.663.017	44.317
Circulante				(698.728)	(22.174)
Não circulante				964.289	22.143

Garantias

(1) Aval da controladora TIM Participações e determinados recebíveis da controladora.

(2) Aval da controladora TIM Participações.

(3) Não possuem garantia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros calculados semestralmente. A Companhia vem atendendo aos índices financeiros definidos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia amortizou antecipadamente R\$800 milhões de dívida existente junto ao BNDES, reduzindo o saldo devedor da linha. Em 2018, outros R\$2.200 milhões foram pagos antecipadamente. A diminuição do saldo devedor junto ao BNDES não alterou o cronograma original dos pagamentos existente com o Banco, que continua com sua última parcela vencida em julho/2022, todas as liquidações antecipadas objetivaram o gerenciamento eficiente do endividamento e caixa da Companhia.

Em maio de 2018, a Companhia obteve uma nova linha de crédito no valor de R\$1.500.000 junto ao BNDES para financiar os investimentos em ativos imobilizado (Capex) do triênio 2017-2019. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não havia utilizada a referida linha de crédito, sendo que essa ficará disponível para utilização até dezembro de 2019, não sendo obrigatória seu desembolso. O custo desta linha de crédito está indexado pela variação da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) mais juros de 1,95% ao ano.

Em setembro de 2018, a Companhia obteve a terceira tranche do contrato de financiamento em moeda estrangeira junto ao KFW Finnvera, no valor de USD 40 milhões (equivalentes a R\$167 milhões). Com o objetivo de eliminar qualquer risco de variação cambial, houve a contratação antecipada de um swap que acompanha integralmente o cronograma de amortização da dívida. Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponível:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 31 de dezembro 2018
BNDES (1)	TJLP	mai/18	dez/19	1.090.000	1.090.000	-
BNDES (2)	TJLP	mai/18	dez/19	20.000	20.000	-
BNDES (3)	TJLP	mai/18	dez/19	390.000	390.000	-
Total R\$:				1.500.000	1.500.000	-

Objetivo:

- (1) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais;
 - (2) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade;
 - (3) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional.
- As linhas de financiamento PSI (Programa de Sustentação do Investimento), contratadas junto ao BNDES, referem-se a programas específicos da Instituição e possuem taxas de juros menores do que as previstas em operações corriqueiras do BNDES. O saldo correspondente em 31 de dezembro de 2018 ao ajuste referente à subvenção concedida pelo BNDES para a totalidade de linhas do PSI, é de aproximadamente R\$70 milhões, sendo este montante registrado no grupo de "Receitas diferidas" na rubrica de "Subvenções Governamentais" (nota 22) e o diferimento é feito de acordo com a vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no resultado em "Receita de Subvenção" (nota 29). A Companhia possui operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização do real em relação ao dólar americano em suas operações de empréstimos e financiamentos. Entretanto, não aplica a "contabilidade de hedge".

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2020	343.598
2021	293.899
2022	198.625
2023	32.111
2024	75.602
2025	20.454
	<u>964.289</u>

A tabela a seguir apresenta o cronograma de valores nominais dos empréstimos e financiamentos estimados até o fim dos contratos.

	Valor nominal
2019	787.188
2020	396.786
2021	323.482
2022	206.944
2023	34.577
2024	76.614
2025	20.569
	<u>1.846.160</u>

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características normalmente verificadas nos financiamentos do BNDES. As instituições consideram, além dos retornos de dívida de longo prazo, os benefícios sociais de cada projeto vinculado aos seus financiamentos. Para fins de análise de valor justo, dada a ausência de mercado similar e a necessidade de aderência dos projetos de interesses governamentais, normalmente considera-se que o valor justo do empréstimo é aquele registrado nos saldos contábeis. O valor dos empréstimos das linhas PSI é registrado ao valor justo na data de sua captação e este valor justo é calculado com base na taxa do CDI à época. Outra operação contratada com característica extremamente específica é o empréstimo obtido junto ao KFW Finnvera. Nesta operação, tem-se como garantidor o Finnvera, agência finlandesa de fomento. Dadas às características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual aquele registrado no balanço.

Com relação às captações contratadas com a Cisco Capital e o KFW, as atuais condições de mercado não indicam a existência de fatores que possam levar a um valor justo das operações diferente daquele registrado nos livros contábeis.

► 20. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	2018	2017
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	453.495	16.237
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	361.558	14.908
Impostos e Taxas ANATEL	21.320	-
Imposto sobre Serviço - ISS	59.323	1.122
Outros	11.294	207
Parcela circulante	(450.723)	(16.237)
Parcela não circulante	2.772	-

► 21. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Desde 2016 a Companhia optou por efetuar o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social.

	2018	2017
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	494.929	28.272
Imposto de renda e contribuição social	372.467	25.662
PIS / COFINS	56.733	2.479
Outros (*)	65.729	131
Parcela circulante	(285.049)	(28.272)
Parcela não circulante	209.880	-

(*) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS - Programa de Integração Social, Cofins - Contribuição para a Seguridade Social, IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

► 22. Receitas diferidas

	2018	2017
Receitas diferidas	1.313.467	26.480
Serviços a prestar pré-pago (1)	301.621	-
Subvenções Governamentais (2)	63.731	965
Swap de rede (3)	11.449	20.191
Receitas antecipadas	18.626	5.324
Receitas diferidas sobre venda de torres (4)	897.112	-
Passivo contratual (nota 2.d)	20.928	-
Parcela circulante	(406.867)	(11.938)
Parcela não circulante	906.600	14.542

(1) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento - BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2018 é de R\$203 milhões. Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "outras receitas (despesas), líquidas" (nota 28).

(3) Refere-se, principalmente, a contratos de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (nota 11).

(4) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 15).

► 23. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2018	2017
Provisão para processos judiciais e administrativos	742.162	32.510
Cível (a)	106.801	7.532
Trabalhistas (b)	423.923	6.016
Tributária (c)	180.101	18.932
Regulatória (d)	31.337	30

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	Saldo empresa incorp. dez-17	Adições incorporadas	Reversões	Pagamentos	Atualização mo-netária	Total
Cível (a)	7.532	118.038	36.356	(49.123)	(6.002)	106.801
Trabalhistas (b)	6.016	175.451	153.776	(16.301)	104.981	423.923
Tributária (c)	18.932	145.643	9.854	(14.647)	20.319	180.101
Regulatória (d)	30	30.850	67	(62)	452	31.337

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumarizados os principais processos:

a. Processos cíveis
a.1. Ações movidas por consumidores

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R\$86.039 (R\$1.765 em 31 de dezembro de 2017) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negatificação indevida.

a.2. Órgãos de Defesa do Consumidor

ATIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R\$5.814.

a.3. Ex-parceiros comerciais

ATIM é parte em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R\$10.378.

a.4. Outros

ATIM é parte em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outros se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança. Os valores envolvidos equivalem a R\$3.060 (R\$5.761 em 31 de dezembro de 2017).

a.5. Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação). Os valores envolvidos equivalem a R\$239.

a.6. ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Os valores envolvidos equivalem a R\$1.270 (não foi constituída provisão para esses casos em 31 de dezembro de 2017).

b. Processos trabalhistas

A seguir estão sumarizados os principais processos trabalhistas com risco provável:

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 3.671 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2018 (34 em 31 de dezembro de 2017) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R\$334.849 atualizado monetariamente (R\$6.015 em 31 de dezembro de 2017). Durante o exercício de 2018, segundo posição dos consultores jurídicos da Companhia, determinados processos trabalhistas apresentaram alterações em seu prognóstico de perda de possível para provável, portanto, com registro correspondente da provisão.

Uma parcela significativa deste provisionamento diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (call center) bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Em 31 de dezembro de 2018, o provisionamento destas causas totaliza R\$26.127 atualizado monetariamente.

c. Processos tributários

	12/2018	12/2017
Tributos Federais	74.842	5.914
Tributos Estaduais	103.546	13.018
Tributos Municipais	1.713	-
	<u>180.101</u>	<u>18.932</u>

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC:

Tributos federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

(i) A provisão para a TIM S.A. **suporta trinta e sete processos**, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$9.335 (R\$5.914 em 31 de dezembro de 2017), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$14.060.

(ii) Adicionalmente, neste trimestre a Companhia constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela Companhia a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$36.685, sem correspondente em dezembro de 2017.

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos: (i) A provisão para a TIM S.A. **suporta trinta e cinco processos**, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$42.628 (R\$6.940 em 31 de dezembro de 2017), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$4.829, bem como (iii) anulação de serviço de Telecom

em virtude de faturamento indevido/fraude por subscrição, e suposto crédito indevido e em duplicidade de ICMS, cujos valores atualizados equivalem a R\$24.646, sem correspondente em dezembro de 2017.

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

d. Processos regulatórios

AANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$31.455.

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	2018	2017
Cível (e.1)	18.790.266	633.948
Trabalhista e previdenciária (e.2)	1.051.021	37.862
Tributária (e.3)	495.912	102.031
Regulatória (e.4)	16.608.389	490.357
	634.944	3.698

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	2018	2017
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	405.635	15.504
ANATEL (e.1.2)	207.657	350
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	84.231	205
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	173.213	6.104
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	17.574	10.875
Outros	<u>108.711</u>	<u>4.824</u>
	<u>1.051.021</u>	<u>37.862</u>

e.1.1. Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negatificação indevida.

e.1.2. ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3. Órgãos de Defesa do Consumidor

ATIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4. Ex-Parceiros comerciais

ATIM é parte em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5. Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.1.6. Outros

ATIM é parte em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança.

e.2. Trabalhistas

Há 4.351 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 201

valor envolvido é de R\$1.110.827.

(iii) Estorno de crédito e credimento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R\$767.142 (R\$19.950 em 31 de dezembro de 2017).

(iv) Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de dezembro de 2018, o montante na Companhia é de R\$3.340.448 (R\$128.875 em 31 de dezembro de 2017).

(v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$140.368.

(vi) Incidência do ICMS e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP nas operações de aquisição de ativo permanente e outros, bem como na própria prestação de serviços de Telecom em casos específicos determinados pela Legislação. O valor envolvido é de R\$179.853.

(vii) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$116.880.

(viii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$192.074.

(ix) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$177.128.

(x) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$139.758.

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra a Companhia relativamente a tributos municipais é de R\$693.616 em 31 de dezembro de 2018. Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$142.355.

b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços. O valor envolvido é de R\$283.620.

c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$118.114.

e.3.4. FUST e FUNTEL

O valor total autuado contra a Companhia relativamente às contribuições para o FUST e FUNTEL é de R\$2.979.404 (R\$221.112 em 31 de dezembro de 2017). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações, a partir da vigência da Lei nº 9.998/2000.

e.4. Regulatórias

ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$634.826. A variação decorreu principalmente da tramitação dos PADOs inseridos no Termo de Ajustamento de Conduta "TAC" em negociação com a ANATEL e novas entradas registradas no ano de 2018.

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

► 24. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018, está representado por 42.296.789.606 (4.041.956 em 2017) ações ordinárias sem valor nominal, subscritas pela TIM Participações S.A.

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia pelo montante de R\$9.434.216, mediante incorporação do capital social da sociedade TIM Celular S.A., que compõe o acervo líquido contábil em 30 de setembro de 2018, conforme a seguir:

Capital social	9.434.216
Reservas de capital	30.600
Reservas de lucro	7.110.253
Lucros acumulados	460.185
	<u>17.035.254</u>

Ainda, conforme previsto no Protocolo de Incorporação, as variações do patrimônio da TIM Celular entre a data do laudo (30 de setembro de 2018) e do ato societário de incorporação (31 de outubro de 2018), que reduziram o patrimônio no valor de R\$ 77.139, foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da TIM S.A.. Essas variações foram representadas pelo lucro líquido do período no valor de R\$ 140.119 e distribuição de dividendos por meio de Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$ 217.258.

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

Opções de compra de ações	33.363	979
---------------------------	--------	-----

c. Reservas de lucros

c.1. Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2. Retenção de lucros

Refere-se a valores de lucros retidos, aprovados em Assembleia e utilizados para expansão dos negócios da Companhia.

c.3. Reserva de benefício fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros da mesma. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. O valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivalem a R\$1.419.056 em 31 de dezembro de 2018 e R\$1.271.404 em 31 de dezembro de 2017. O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

A Companhia promoveu uma análise das melhores práticas contábeis e legislação societária, o que resultou na reclassificação dos Incentivos fiscais da rubrica "Reserva de Capital" para "Reserva de Lucros" dentro do próprio patrimônio líquido, no montante de R\$1.271.404 em 2017, com o objetivo de manter a comparabilidade das informações divulgadas.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de outubro de 2018, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

Lucro líquido do exercício	1.533.732
Efeito de incorporação (Nota 1)	1.127.705
	<u>2.661.437</u>

(-) Incentivos fiscais não distribuíveis

(-) Constituição da reserva legal

Lucro líquido ajustado

Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado

Composição dos dividendos a pagar e JCP:

Juros sobre capital próprio (inclui o valor de R\$ 744.757 que foi distribuído até 31 de outubro de 2018 pela sociedade incorporada TIM Celular S.A.)

Dividendos

Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP

Total de dividendos e JCP líquidos

O saldo em 31 de dezembro de 2018 da rubrica de "dividendos e juros sobre capital próprio a pagar" é composto pelo valor ainda não liquidado dos juros sobre

capital próprio destinados e calculados em 2018 no montante de R\$362.436. Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio recebidos e/ou a receber são contabilizados em contrapartida às receitas financeiras impactando o resultado de equivalência patrimonial. Para fins de apresentação, os impactos no resultado são eliminados, sendo apresentada a redução no saldo de investimento.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

► 25. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016 e Plano 2018-2020

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014 e 19 de abril de 2018, foram aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas da controladora TIM Participações S.A. os planos de incentivo de longo prazo: "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016" e "Plano 2018-2020" respectivamente, concedidos a altos administradores e áqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto que o Plano 2018-2020 prevê a outorga de ações.

O exercício das opções do Plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto que o exercício das opções do

As variações na quantidade de ações/opções estão apresentadas a seguir:

Data de outorga	Opções/Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2018-2020 – 1ª Outorga	549.153	mai-21	14,41	-	549.153	-	(82.639)	-	466.514
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	2.346.725	nov-22	8,10	1.684.281	-	(510.884)	(277.875)	-	895.522
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	2.027.286	out-21	8,45	1.084.013	-	(656.268)	(135.222)	-	292.523
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.318.385	set-20	13,42	658.720	-	(27.424)	(99.324)	-	531.972
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	2.400.468	jul-19	8,13	694.936	-	-	(151.353)	-	543.583
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	1.850.555	set-18	8,96	194.756	-	-	-	(194.756)	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.038.575	ago-17	8,84	-	-	-	-	-	-
Total	12.531.147			4.316.706	549.153	(1.194.576)	(746.413)	(194.756)	2.730.114
Preço médio ponderado do exercício									10,26

Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Data de outorga	Preço Base - média ponderada da ação no período de	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R\$8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94% a.a
Outorga 2012	R\$8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89% a.a
Outorga 2013	R\$8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2014	R\$13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2015	R\$8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10% a.a
Outorga 2016	R\$8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a
Outorga 2018	R\$14,41	NA	3 anos	NA

O Preço Base da Ação foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM Participações, considerando os seguintes períodos:

• **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).

• **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.

• **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.

• **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2014).

• **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2015).

• **Plano 2014-2016 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2016).

• **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2018, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$4.291 (R\$12.789 em 31 de dezembro de 2017). Contudo, em virtude do término contratual de determinados executivos durante o exercício de 2018, seus respectivos benefícios foram cancelados, gerando uma redução no montante de R\$3.257.

► 27. Custos e despesas operacionais

	2018		2017				
Custo de serviços prestados e mercadorias com vendas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias com vendas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
(1.545.499)	(859.741)	(339.078)	(2.744.318)	(581.808)	(53.500)	(42.478)	(677.786)
(4.960)	(144.023)	(98.080)	(247.063)	(35.155)	(33.803)	(7.247)	(76.205)
(120.087)	(355.839)	(94.015)	(569.941)	-	(9.504)	(18.492)	(27.996)
(365.110)	-	-	(365.110)	(279.772)	-	-	(279.772)
(690.326)	(27.340)	(126.144)	(843.810)	(154.882)	(1.222)	(13.872)	(169.976)
(4.885)	(143.295)	(3.892)	(152.072)	(5.689)	-	(401)	(6.090)
(165.500)	(39.845)	(13.786)	(219.131)	(105.909)	-	(1.446)	(107.355)
(191.950)	-	-	(191.950)	-	-	-	-
-	(53.508)	-	(53.508)	-	(145)	-	(145)
-	(93.933)	-	(93.933)	-	(8.755)	-	(8.755)
(2.681)	(1.958)	(3.161)	(7.800)	(401)	(71)	(1.020)	(1.492)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

► 28. Outras receitas (despesas), líquidas

	2018	2017
Receitas		
Receita de subvenção, líquida	4.191	403
Multas s/ serviços de telecomunicações	8.780	955
Receita na alienação de ativos	715	-
Outras receitas (i)	221.124	80
	<u>234.810</u>	<u>1.438</u>

Despesas

FUST/FUNTEL (ii)

Impostos, taxas e contribuições

Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão

Despesa na alienação de ativos

Outras despesas

(148.771) (2.228)

(514) -

(5.903) (435)

(186.125) (5.139)

48.685 (3.701)

Outras receitas (despesas), líquidas

(i) Inclui os créditos oriundos de processo judicial de titularidade da TIM Nordeste S.A. (incorporada em último nível pela TIM S.A.) com decisão definitiva transitado em julgado a favor da Companhia em Tribunais Superiores, em 2018, que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS para o período de 2002 a 2009 (nota 9). Em novembro de 2018, em virtude do transitado em julgado, a Companhia registrou o montante de 159 milhões de principal e R\$194 milhões de atualização monetária.

(ii) Representamos gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

► 29. Receitas financeiras

	2018	2017
Receitas financeiras	230.565	19.347
Juros sobre aplicações financeiras	21.933	13.284
Juros de clientes	7.896	2.259
Juros swap	(2.308)	-
Juros sobre leasing	4.271	-
Atualização monetária	198.178	3.688
Outras receitas	595	116

► 30. Despesas financeiras

	2018	2017
Despesas financeiras	(194.365)	(7.620)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.626)	(4.978)
Juros sobre fornecedores	174	-
Juros sobre impostos e taxas	(2.157)	(67)
Juros swap	(2.204)	-
Juros sobre leasing	(44.947)	-
Atualização monetária	(119.786)	799
Descontos concedidos	(7.994)	-
Outras despesas	(8.825)	(3.74)

Plano 2014-2016 não possui esta condição. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano. Já o Plano 2018-2020 propõe remunerar os participantes com ações de emissão da Companhia, sujeitos a determinadas condições de tempo e/ou desempenho (atingimento de metas específicas).

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 são de 6 anos e a TIM Participações não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para o Plano 2018-2020 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (Vesting). Por sua vez, o Plano 2018-2020, além de considerar a transferência de Ações, prevê também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço.

mento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A Companhia possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

► 33. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	1.533.732	101.500
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	42.296.790	4.042
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,04	25,11

(b) Diluído

Não há ações potenciais diluidoras na participação dos atuais acionistas. Sendo assim, o cálculo do lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

► 34. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia são os seguintes:

	Ativo	
	2018	2017
TIM Celular (9)	-	661.626
TIM Celular (10)	-	11.521
TIM Participações (11)	-	3.789
Telecom Italia Sparkle (1)	2.877	-
TI Sparkle (4)	804	1.544
TIM Brasil (6)	27.417	126
Gruppo Havas (8)	75.600	-
Outros	1.092	-
Total	107.790	678.606

	Passivo	
	2018	2017
TIM Celular (12)	-	301.730
TIM Celular (13)	-	279.614
TIM Participações (3)	-	1.875
Telecom Italia S.p.A. (2)	89.433	-
Telecom Italia Sparkle (1)	11.895	3.471
TI Sparkle (4)	4.174	-
TIM Brasil	10.948	16
Grupo Vivendi (7)	4.745	-
Gruppo Havas (8)	62.686	-
Outros	960	-
Total	184.841	586.706

	Receita	
	2018	2017
TIM Celular (9)	-	251.557
Telecom Italia S.p.A. (2)	858	-
Telecom Italia Sparkle (1)	5.809	-
TI Sparkle (4)	904	691
Total	7.571	252.248

	Custo/Despesa	
	2018	2017
TIM Celular (13)	-	45.172
Telecom Italia S.p.A. (2)	62.976	-
Telecom Italia Sparkle (1)	30.123	-
TI Sparkle (4)	18.035	6.044
Generali (5)	-	-
Grupo Vivendi (7)	9.439	-
Gruppo Havas (8)	301.752	-
Total	422.325	51.216

(1) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.

(2) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS.

(3) Os valores referem-se ao desenvolvimento e manutenção de *softwares* utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações.

(4) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.

(5) Os valores referem-se à contratação de seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros.

(6) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(7) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

(8) Os valores referem-se aos serviços de publicidade.

(9) Referem-se a interconexão/cessão de meios e serviços de valor adicionado – VAS.

(10) Referem-se a valores a receber da TIM Celular relativos à reestruturação das atividades da TIM S.A (descontinuidade das atividades de longa duração). Há valores adiantados a fornecedores e funcionários cujas operações / atividades foram transferidos à TIM Celular. Tais valores serão reembolsados para a TIM S.A.

(11) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(12) Refere-se a mútuos contratados junto à TIM Celular S.A., extinto em decorrência da incorporação dessa sociedade pela Companhia em 31 de outubro de 2018 (vide nota 1).

(13) Refere-se basicamente a operações de interconexão e co-billing.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocinados. Em 2018, a Companhia investiu R\$4.637 milhões com recursos próprios em benefício social. Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

► 35. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentada a seguir:

	2018	2017
Salários e outros benefícios de curto prazo	9.816	-
Pagamentos com base em ações	2.678	-
	12.494	-

Em 31 de dezembro de 2017, não havia saldo de remuneração aos administradores, uma vez que os administradores estavam registrados nas sociedades TIM Participações S.A. (controladora) e na TIM Celular S.A., essa última incorporada pela TIM S.A. em 2018 (Nota 1).

► 36. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se também os derivativos que são passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap* e *opções de compra de dólar especificamente para reduzir os riscos de exposição cambial em contratos comerciais*. Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados, em atendimento ao IFRS 9/CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes: (i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade da Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de *swap* com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda opções de compra de dólar para reduzir os riscos de exposição cambial em contratos comerciais. Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras se encontram integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de *swap*. Os ganhos ou perdas com esses contratos de *swaps* são registrados no resultado da Companhia. Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, quando tais taxas não acompanham proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía nenhuma operação de *swap* atrelada a TJLP.

- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos

de *swap* atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro 2018, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 ou receitas de serviços prestados.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política da Companhia para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. A Companhia possui um cliente que contribuiu com 10,5% das receitas de venda de mercadorias e um cliente que contribuiu com 10,1% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de dezembro de 2018.

(v) Risco de Liquidez

- O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.

- O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada e agregada pelo departamento de finanças e tesouraria da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes.

A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	2018		
	Ativo	Passivo	Líquido
Operações com derivativos	81.408	(11.618)	69.790
Parcela circulante	50.769	(2.373)	48.396
Parcela não circulante	30.639	(9.245)	21.394

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 31 de dezembro de 2018 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	2018	
	Ativo	Passivo
2020	7.109	(1.541)
2021	6.282	(1.541)
2022 em diante	17.248	(6.163)
	30.639	(9.245)

Em agosto de 2018, a sociedade incorporada TIM Celular S.A. (Nota 1) optou por adquirir o total de USD 100 milhões em opções de compra de dólar com o objetivo de mitigar o efeito da variação cambial nos contratos comerciais. O prêmio pago na ocasião foi de R\$11,7 milhões, valor este representado no quadro acima, juntamente com as operações de *swap* já existentes. Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil financeiro, cujo os fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 19 e 15.

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	2018		
	Nível 1	Nível 2	Total
Total do ativo	784.841	81.408	866.249
Ativos financeiros ao valor justo	784.841	81.408	866.249
Derivativos usados para hedge	-	81.408	81.408
Títulos e valores mobiliários	784.841	-	784.841
Total do passivo	-	11.618	11.618

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	2018		
	Ativo	Passivo	Líquido
Derivativos usados para hedge	-	11.618	11.618

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instru-

mentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissos classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3. Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

• Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.

• O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

• Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

31 de dezembro de 2018

Mensurados ao custo por meio do amortizado resultado Total

Ativo, conforme balanço patrimonial 5.507.538 858.101 6.365.639

Instrumentos financeiros derivativos - 81.408 81.408

Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados 2.968.671 - 2.968.671

Títulos e valores mobiliários - 776.693 776.693

Caixa e equivalentes de caixa 1.075.363 - 1.075.363

Arrendamento Mercantil - leasing 208.049 - 208.049

Depósitos judiciais 1.213.843 - 1.213.843

Outros valores a compensar 41.612 - 41.612

Mensurados ao custo por meio do amortizado resultado Total

Passivo, conforme balanço patrimonial 8.277.131 11.618 8.288.749

Empréstimos e Financiamentos 1.663.017 - 1.663.017

Instrumentos financeiros derivativos - 11.618 11.618

Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais 4.311.604 - 4.311.604

Arrendamento mercantil leasing 1.940.074 - 1.940.074

Dividendos a pagar 362.436 - 362.436

31 de dezembro de 2017

Mensurados ao custo por meio do amortizado resultado Total

Ativo, conforme balanço patrimonial 1.098.199 - 1.098.199

Instrumentos financeiros derivativos - - -

Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados 791.378 - 791.378

Caixa e equivalentes de caixa 198.460 - 198.460

Depósitos judiciais 108.361 - 108.361

Mensurados ao custo por meio do amortizado resultado Total

Passivo, conforme balanço patrimonial 4.690.944 - 4.690.944

Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais 419.069 - 419.069

Ativo, conforme balanço patrimonial

Instrumentos financeiros derivativos

Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados

Títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa

Arrendamento Mercantil - leasing

Depósitos judiciais

Outros valores a compensar

Mensurados ao custo por meio do amortizado resultado Total

Passivo, conforme balanço patrimonial

Empréstimos e Financiamentos

Instrumentos financeiros derivativos

Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais

Arrendamento mercantil leasing

Dividendos a pagar

31 de dezembro de 2017

Mensurados ao custo por meio do amortizado resultado Total

Ativo, conforme balanço patrimonial

Instrumentos financeiros derivativos

Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados

Caixa e equivalentes de caixa

Depósitos judiciais

Mensurados ao custo por meio do amortizado resultado Total

Passivo, conforme balanço patrimonial

Empréstimos e Financiamentos

Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais

Arrendamento mercantil leasing

Dividendos a pagar

31 de dezembro de 2017

Mensurados ao custo por meio do amortizado resultado Total

Ativo, conforme balanço patrimonial

Instrumentos financeiros derivativos

Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados

Caixa e equivalentes de caixa

Depósitos judiciais

Mensurados ao custo por meio do amortizado resultado Total

Passivo, conforme balanço patrimonial

Empréstimos e Financiamentos

Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia - Síntese

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Em 31 de dezembro de 2018, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia. Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 31 de dezembro de 2

	Empres- timos e financia- mentos	Arrendamento mercantil financeiro	Instrumentos financeiros derivativos (ati- vos) passivos	Partes relacio- nadas – mútuo (*)
31 de dezembro de 2017	44.317	-	-	301.730
Saldo de empresa incorpo- rada	1.764.662	1.923.367	(55.492)	(150.835)
Ingressos	-	10.724	-	-
Encargos financeiros	30.399	44.987	4.512	-
Variações cambiais, líquidas	25.126	-	(25.133)	-
Pagamentos	(201.486)	(39.004)	6.323	(150.895)
31 de dezembro de 2018	<u>1.663.018</u>	<u>1.940.074</u>	<u>(69.790)</u>	<u>-</u>

(*) Conforme mencionado na nota 12, refere-se ao mútuo extinto no momento da incorporação da TIM Celular pela Companhia (vide nota 1).

▶ 37. Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventu-

ais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R\$37.705.747
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$80.000
Automóvel	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo
(Frota Executivos e Operacionais)	(Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

▶ 38. Compromissos

Aluguéis

A Companhia aluga equipamentos e imóveis por meio de diversos contratos de aluguel com vencimento em diferentes datas. Seguem abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos de aluguel:

2019	5.895.699
2020	1.088.506
2021	1.132.046
2022	1.177.328
2023	1.224.421
	1.273.398

▶ 39. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2019, a Companhia, emitiu R\$ 1.000 milhão em Debentures Simples, da espécie quirografia, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476. Os recursos serão destinados ao reforço de capital de giro e serão remunerados a 104,10% do CDI pelo prazo de 18 meses.

DIRETORIA

Sami Foguel - Diretor Presidente
 Adrian Calaza - Chief Financial Officer
 Bruno Mutzenbecher Gentil - Business Support Officer
 Mario Girasole - Regulatory and Institutional Affairs Officer
 Jaques Horn - Diretor Jurídico
 Leonardo de Carvalho Capdeville - Chief Technology Officer

CONTADORA RESPONSÁVEL

Manoela de Paiva Suassuna
 CRC RJ - 102467/O-5 - CPF 806.902.117-91

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

TIM S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da TIM S.A. (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TIM S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria con-

tendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2019



PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5

Alexandre Fermino Alvares
 Contador
 CRC 1SP211793/O-5